

## ENTRE A FILOLOGIA E A HISTÓRIA: MINÚNCIAS DISCURSIVAS EM DOCUMENTOS CÍVEIS DO SERTÃO BAIANO

Liliane Lemos Santana\*

**RESUMO:** *O presente trabalho objetiva tornar público documentos que refletem a história de parte do recôncavo e sertão baianos e ressaltar sua relevância para a constituição de nosso patrimônio cultural, através da edição semidiplomática destes. Trata-se de manuscritos cíveis do município de Feira de Santana e de regiões circunvizinhas, que integram o Livro de Notas e Escrituras, com datação entre os anos de 1881 e 1888, pertencente ao Arquivo Público Municipal de Feira de Santana. O resgate desses escritos é uma tarefa árdua, no entanto de suma importância para os estudos filológicos e históricos, pois os mesmos representam uma parcela significativa da história da Bahia, constituindo a herança máxima que podemos deixar para as gerações futuras.*

**Palavras-chave:** Manuscritos cíveis; Patrimônio cultural; Edição semidiplomática.

### INTRODUÇÃO

A Edição de Textos é um dos ramos mais antigos, mais nobres e mais autênticos da Filologia, que se ocupa da reconstrução destes, objetivando restabelecer o seu teor original. O labor filológico tem como objeto de estudo as obras ou textos, os quais, segundo Lausberg (1974, p. 42), “podem ser de uso único pragmático” (aqueles referentes aos discursos, às atas, aos testamentos, aos interrogatórios etc.) “como também os textos literários de uso reiterado” (aqueles conservados na memória de, pelo menos, uma pessoa ou através da escrita, ou o que se chama de literatura). No entanto, vale ressaltar que esses documentos podem ser classificados como particulares ou públicos de acordo com a interferência que sofre. Albertina da Gama (1999, p. 11) distingue-os como:

É um documento particular quando exarado com o fim de conservar o direito de alguém, nele não interveio qualquer pessoa pública. Um testamento, uma doação, uma procuração, um requerimento, um contrato de compra e venda etc. Se exarado oficialmente por pessoa pública, tem o nome de documento público; neste caso, ou é um diploma (licenças, alvarás régios, patentes etc) ou uma carta nos demais casos (forais, conselhiaes etc).

Para tanto, é necessário o auxílio de outras ciências para promover a extensão dos conhecimentos acerca do manuscrito estudado, a saber: a Paleografia, para habilitar o editor na decifração dos caracteres e nas abreviações em uso nas diferentes épocas; a Diplomática, na determinação do grau de autenticidade de um dado texto; e a Codicologia, no conhecimento do material empregado na produção do texto. Como afirmam Berwanger e Leal (1995, p. 13):

Se a Paleografia se interessa pelo documento em si traçando regras para a sua tradução e decodificação formal, a Diplomática faz a interpretação, explora o

---

\*Graduanda do curso de Licenciatura em Letras Vernáculas, 7º semestre, da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB. Membro do Grupo de Pesquisa “Edição de Textos” (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). E-mail: lilianelemos@gmail.com - Autor. Trabalho realizado sob a orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, coordenadora do Projeto de Pesquisa “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”.

seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento. Dir-se-ia que uma cuida do corpo e a outra da alma do texto.

Todos os ramos da Filologia primam pelo mesmo objetivo: resgatar a História, ciência esta que fornece subsídios para o desenvolvimento de qualquer pesquisa. Os escritos remotos são fontes primárias, que se têm revelado imprescindíveis para a investigação científica. Nesses registros, às vezes, encontram-se documentos que auxiliam a compreensão e o entendimento das relações sociais e comportamentais que contribuíram e edificaram uma época. Com o trabalho filológico de edição semidiplomática visualiza-se o testemunho de um legado cultural, pois se tem a oportunidade de resgatar do esquecimento as informações que revelam a mentalidade de um período, além de disponibilizar o texto, o mais fiel possível em relação ao momento em que foi escrito. Através dessa atividade árdua e exaustiva, os escritos ganham vida, constituindo-se em verdadeiros fatos documentais, despertando interesses entre estudiosos de diversas áreas do saber.

## LIVRO DE NOTAS E ESCRITURAS: PATRIMÔNIO DE FEIRA DE SANTANA

Os documentos manuscritos cíveis que compõem esta análise integram o *corpus* que está sendo trabalhado no âmbito da pesquisa “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX” e fazem parte do Livro de Notas e Escrituras. Nele constam, em seus 194 fólios (recto e verso), 190 documentos, sendo: 65 Escrituras de Arrendamento; 55 Procurações Bastante; 15 Atas de Eleição (para Deputados à Assembléia Geral Legislativa e à Assembléia Provincial, para Vereadores da Câmara Municipal de Feira de Santana, para Juízes de Paz da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios e para Senador do sétimo distrito da Bahia); 48 Escrituras de venda e compra paga a quitação; 03 Escrituras de débito obrigação e hipoteca e 04 Cartas de Liberdade.

O Livro de Notas e Escrituras apresenta dimensões de 315mm x 210mm, contém numeração e rubrica (FLima – camarista Napoleão Freire de Lima) nos rectos de todos os fólios, na margem superior, à direita e marca d’água “FIUME” e “AL MASSO”, de maneira alternada, em todos os fólios. Ele pertenceu ao cartório da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, termo da cidade de Feira de Santana, abrangendo o período de 1881 a 1888. Os documentos apresentam caligrafias diferentes, no entanto prevalece na grande maioria dos fólios a escrita do Escrivão José Caribé de Cerqueira. Este patrimônio encontra-se sob a guarda do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana, que dispõe de parte do legado histórico desta cidade e de regiões circunvizinhas.

Os manuscritos mencionados foram editados semidiplomaticamente, sendo reproduzidos o mais fiel possível, o que facilita a sua leitura e ajuda a preservá-los, uma vez que seu manuseio é evitado. Estes textos podem ser estudados por diversas áreas do conhecimento como: Linguística, Filologia, História, Religião, Direito, Economia, Genealogia, Antropologia, dentre outras, pois a análise dos mesmos não será totalmente exaurida. Vale ressaltar que a edição também permite aos leitores o acesso a um português mais antigo e aos aspectos intrínsecos dos textos, podendo assim interagir entre o tempo e o espaço por meio de conquistas individuais e marcantes para a época.

## CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Para a transcrição dos documentos foram priorizadas as normas adotadas pelo Projeto de Pesquisa “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”. Trata-se de uma edição conservadora ou semidiplomática, pois se mantém fiel ao

texto, respeitando: grafia (letras e algarismos); linhas; fólio (indica-se o número do fólio, à margem direita); numera-se o texto linha por linha (indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólio); separam-se as palavras unidas e unem-se as separadas; desdobram-se as abreviaturas (apresentando-as em itálico); utilizam-se colchetes para as interpolações; utilizam-se chaves para as letras e palavras expurgadas; indicam-se as rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e reticências; expontuam-se as letras de leitura duvidosa.

## A RIQUEZA DISCURSIVA DOS MANUSCRITOS CÍVEIS

O estudo feito com documentos relativos ao período republicano pode oferecer frutíferas considerações sobre as relações políticas, sociais e comportamentais que alicerçaram o Brasil atual. Tais manuscritos brasileiros, em especial do século XIX, são fontes primárias e imprescindíveis para o entendimento de nossa História. Bottéro e Marrison (1995, p. 20) ressaltaram a importância do registro escrito quando afirmam que:

[...] o discurso escrito transcende o espaço e a duração: uma vez fixado, pode, por si mesmo, ser difundido por inteiro em todos os lugares e todos os tempos, em toda parte onde encontra um “leitor”, bem além dos círculos obrigatoriamente estreitos dos “autores”.

O resgate desses documentos, através da edição semidiplomática, permite que pesquisadores de diversas áreas se debruçam sobre um texto fidedigno, o que possibilita uma compreensão acerca da evolução da escrita, assim como da historiografia, da política social etc. Essa é uma tarefa de suma importância tanto para os estudos filológicos quanto históricos, pois esses registros compõem um verdadeiro patrimônio histórico-cultural desta cidade (Feira de Santana) e de regiões circunvizinhas.

O trabalho filológico de edição semidiplomática de documentos cívicos, em especial com as Cartas de Liberdade, além de ser uma atividade extremamente prazerosa, mostra a riqueza de informações que integram os manuscritos referentes à escravidão, que até o momento estavam no olvido. Esses documentos históricos constituem-se em suporte para a compreensão e conhecimento de um determinado período, pois, segundo Rui Barbosa (no discurso proferido em 13 de maio de 1889), “o escravo teve um papel autônomo na crise terminativa da escravidão” (*apud* FIGUEIREDO, 2002, p. 290).

Segundo Kátia Mattoso (1988, p. 182), “para tornar-se ‘pessoa’ o escravo necessita libertar-se e a alforria custava caro”. A partir de alguns trechos das Cartas de Alforria pode-se concluir que, por vezes, alguns escravos conquistavam sua “liberdade” devido aos bons serviços prestados:

[...] dou li/ berdade a pardinha Candida, por assim me/ haverem requerido, os herdeiros do casal do/ falecido Antonio Ribeiro de Oliveira, pelos/ bons serviços prestados a este, por aquela es/ crava... (SANTANA, 2006, p. 81)

Outros passavam a vida juntando o dinheiro para comprá-la:

[...] forro e forrada tenho/ pelo preço e quantia, de quinhentos mil reis, cuja/ quantia recebi ao passar desta em mueda corren/ te... (SANTANA, 2006, p. 84)

Alguns nem sempre conseguiam o suficiente para adquiri-la ou obtinham com uma idade relativamente avançada.

[...] entre os mais/ bens de que sou Senhor e legítimo possuidor, e bem assim,/ uma escrava de nome Sabina, de nassão parda, de idade/ de cinquenta annos, mais ou menos, a qual escrava, forro e/ alforriado tenho, pelo preço e quantia de cento e vinte e sin/ co mil reis, cuja quantia recebi ao passar desta em mueda/ corrente... (SANTANA, 2006, p. 85)

Em alguns casos, o direito à liberdade era condicionado à morte do proprietário.

[...] a qual escrava, assim, declarada livre e desembargada de qualquer/ onos, só será obrigada, desde hoje em diante a Ser/ vir-me durante minha vida, que sempre terei/ d'ella, o uso e fruto, com tôdo e qualquer pudêr/ que de direito me aciste, como legitima Senhora/ que sou em quanto eu ou ella sobreviva, e/ por minha morte, ficará forra, e com plena/ liberdade... (SANTANA, 2006, p. 82)

Já o trabalho desenvolvido com as Atas de Eleição e as Procuções Bastante permitiu um estudo de História social, política e econômica com ênfase nas relações de poder e nos direitos civis e um breve levantamento das mudanças lingüísticas ocorridas na língua portuguesa, observando as variações grafemáticas e as possíveis inovações lexicais e os conservadorismos.

Para exemplificar, destacou-se a Ata da Eleição de um deputado para a Assembléia Geral Legislativa, realizada em 31 de outubro de 1881, na Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e a Procução bastante feita por Dona Maria Germana, em 29 de janeiro de 1885, no Distrito da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, ambos fazendo parte da cidade de Feira de Santana.

Documento 01 – Ata de Eleição (fólios 60 r – linhas 02-33 e 60 v – linhas 01-21)

[...] processedeo-se, a eleição pelo modo se= guinte: Collocada a meza no meio da Sanchris= tia tomarão assento: o Prezedente a cabesseira, e de um e outro lado os quatro mezarios, com os fiscais, cujos mezarios são Ernesto José dos Santos, - Trajano Seolindo dos Santos, Francisco José dos Santos e Manoel Emigdio Ferreira Vennas, e fiscais Capitão Edmundo Rodrigues Germa= no, e Francisco Marques do Nascimento. Des= ignou, o Presidente o mezario Trajano Seo= lindo dos Santos, para servir de Secretario, e Ernesto José dos Santos, para faser a chama= da a qual, foi feita pela copia do alista= mento eleitoral desta Parochia, forneci= da pelo Doutor Juis de direito da Comarca sendo os eleitores chamados, segundo a or= dem, em que seos nomes se achavão escriptos na resputiva lista os quais a proporção que erão chamados apresentavão seo titulo e hião depositando sua sedula em uma urna que se achava feixada a chave as= signando cada eleitor em seguida seo no - me e um livro para esse fim destinado, comcluido o recebimento das sedulas - fora ellas comtadas, verificando-se terem sido recebidas, dezoitos sedulas as quais forão emmassadas; e o Presidente da meza designando o mezario Ernes= to José dos Santos, para as lêr, annunciou que se hia prosseder a apuração; para o que

repartio as letras do alfabeto, pelos outros tris mezarrios, os quais forão escrevendo em escrevendo em suas relações os nomes dos votados, e numeros de votos, que recahi= não, nos seguintes cidadãos Doutor João Ferreira de Araujo Pinho, onze votos, Dou= tor Gonsalo Marinho de Aragão Bulcão se= te votos, sendo publicadas em vos alta, os numeros a proporção que erão escriptos. Decharão de comparecer a chamada os eleitores, Bernardino Alves Barreiros, e João Anastacio Machado, e terminado a lei= tura das sedulas, o secretario da meza organisou uma lista geral comtendo os nomes dos cidadãos votados, segundo o numeros de votos, dado a cada um a= qual foi publicada em vos alta, e man= dada pelo Presidente afixar na porta da Sancrhristia onde se procedião os trabalhos eleitorais, sendo em seguida - quemadas as sedulas, e como não ouves= se auccorrecia alguma dêxa de ser - mencionada.

Documento 02 – Procuração Bastante (fólio 126 r – linhas 01-22)

E pela outhorgante Dona Maria Germana de Jesus, me foi dito em presença das testemunhas, que no= meava e constituia por seos bastantes procuradores, na cidade da Feira de Sant' Anna e nesta Freguesia e em geral onde com esta se apresentarem, ao Addevogado Miguel Ribeiro de Oliveira, ao requerente Americo Manoel dos Santos Vital e a seo filho capitão Francisco Mar= ques do Nascimento, para que em nome de ella outorgante, quaisquer de seos procuradores, especialmente possão defender seo direito, na causa que contra ella outorgante, está promovendo, Dona Maria Joaquina de São José, sobre limites de terrenos, pertecentes a ella outorgante, para o que lhes dar, amplos e illimi tados poderes, até o de transzijir no júiso conciliatorio, e há por firme e vallioso, tudo que fiserem e houve= rem feito neste sentido os ditos seos procuradores, que poderão substabelecer esta em um ou mais procu radores, e revogalos querendo, podendo mais em= bargar, agravar, apellar e tudo seguir, até ma ior alsada, e cobrar quaisquer autos do puder - de qualquer, adevogado e tudo mais que preciso for a bem de ella outorgante. E de como o dis= se e outorgou abaixo assigna a seo pedido, por não saber escrever Hermogins Marques Barbosa, com as testemunhas, José Marques de Almeida e pro= fessor publico Lupercio Theofilo da Silva, depois de lido por mim Escrivão de páz que o escrevi e assignej. José Caribé de Cerqueira.

Através dos trechos destacados, podem-se comprovar algumas mudanças lingüísticas ocorridas na língua portuguesa presentes nos documentos e a relevância da escrita como explicação do progresso do espírito humano, pois, sempre que os homens sentiram a necessidade de conservar os instantes que a história comporta, a escrita se fez lei.

## CONCLUSÃO

O acesso e a disseminação de informações que até o momento estavam no olvido, através da edição semidiplomática de documentos cíveis, são imprescindíveis para o meio acadêmico, assim como proporcionam benefícios para a sociedade, pois trazem para o grande público dados importantes sobre a cultura escrita, a história e as instituições civis. A análise destes documentos não será totalmente exaurida, pois o objetivo da edição é justamente permitir que eles estejam sempre à disposição dos mais diversos pesquisadores sem a necessidade de manuseá-los.

O trabalho filológico desenvolvido com os textos, que se encontram em situação de degradação física, permitiu o resgate de parte da história baiana, referente ao século XIX, e tornou conhecida a existência de documentos raros, evidenciando a sua importância para as diversas áreas do saber e a necessidade de preservação deste patrimônio histórico-cultural. Este trabalho de preservação faz-se necessário, pois é inegável a contribuição destes manuscritos na compreensão da evolução histórica, além de fazerem parte da nossa memória cultural, herança máxima que se pode deixar às gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia C. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: FUNDAJ/Massangana; UFPE: Universitária, 1994.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João E. F. **Noções de paleografia e de diplomática**. 2 ed. Santa Maria: UFSM, 1995.

BOTTÉRO, Jean; MORRISON, Ken et al. **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo: Ática, 1995.

FIQUEIREDO, Carlos. **100 discursos históricos**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2002.

GAMA, Albertina Ribeiro da. Incursão na crítica textual. In: **A Cor das Letras – Revista do Departamento de Letras e Artes**, Feira de Santana: UEFS, n. 3, p. 11-16, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LAUSBERG, Heinrich. **Lingüística românica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

MATTOS, Hebe Maria. A face negra da Abolição. **Revista Nossa História**, São Paulo: Vera Cruz, ano 2, n. 19, p. 16-20, maio 2005.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPq, 1988.

QUEIROZ, Rita de Cássia R. de. A crítica textual e a recuperação da história. **Scripta Philologica**, Feira de Santana, n. 1, p. 64-79, 2005.

SANTANA, Liliane Lemos. Edição semidiplomática de cartas de alforria: análise de documentos históricos mediante a condição escrava. **Scripta Philologica**, Feira de Santana, n. 2, p. 76-86, 2006.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora da UNESP/Salvador, BA: EDUFBA, 2001.